



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1442398 - SC (2019/0028103-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA E OUTRO(S) -
SC043964
CAROLINA BARTH DOS SANTOS DA SILVEIRA -
SC049919
AGRAVADO : JULIO ANTONIO HOFFMANN
ADVOGADOS : FERNANDO LUIZ BEDIN - SC030595
DANIEL ANTONIO SANTIN E OUTRO(S) - SC034972

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO. NEGATIVA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. CONTRATO DE ADESÃO. ABUSIVIDADE RECONHECIDA. CLÁUSULAS LIMITADORAS NÃO REDIGIDAS EM DESTAQUE. REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CAIXA SEGURADORA S/A contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que não admitiu recurso especial manejado contra acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA SEGURADORA. ALEGAÇÃO DE QUE O ESTÁGIO DA MOLÉSTIA QUE ACOMETE O SEGURADO NÃO CONFERE DIREITO À PERCEPÇÃO DA INDENIZAÇÃO

SECURITÁRIA. TESE RECHAÇADA. AUTOR PORTADOR DE CÂNCER DE PELE. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ABUSIVIDADE DAS CLÁUSULAS QUE LIMITAM O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA AO ESTÁGIO DA DOENÇA CANCERÍGENA E AO ALTO GRAU DA SUA MALIGNIDADE. INTERPRETAÇÃO DA FORMA MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. EXEGESE DO ART. 47 DO CDC. NEOPLASIA MALIGNA. COBERTURA CONTRATUAL PREVISTA. DEVER DE INDENIZAR NÃO AFASTADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(e-STJ fl. 225)

Nas razões do recurso especial, a parte alega ofensa aos seguintes dispositivos legais: 757, 759, 760 e 765 do Código Civil. Sustenta, em síntese, a impossibilidade de se conceder a indenização securitária por risco não coberto pela apólice. Assevera que para que seja deferida a cobertura para doença grave, Neoplasia Maligna, o segurado deve apresentar mau prognóstico a curto prazo, bem como deve ser considerado inválido para todo e qualquer trabalho em consequência do tratamento, o que não ocorre no caso dos autos. (e-STJ fl. 293) Aduz dissídio jurisprudencial.

É o relatório.

Atendidos os pressupostos de conhecimento do agravo em recurso especial, passo a decidir.

A Corte de origem, soberana na análise do conteúdo fático-probatório dos autos, entendeu devida a indenização, manifestando-se nos seguintes termos:

Por se tratar o contrato de seguro de contrato de adesão, cujas cláusulas são estabelecidas de forma unilateral pelo fornecedor, sem que o consumidor possa questioná-las ou modificar o seu conteúdo, deve ser interpretado de forma mais benéfica ao aderente (CDC, artigo 47), de modo a equilibrar a

relação contratual

(...)

Pois bem. Na hipótese em exame, inconteste a vigência do contrato de seguro entre as partes (apólice de fl. 31), com previsão de cobertura especial para doenças graves (CDG), assim como é incontroverso o fato de que o autor/Apelado foi diagnosticado, em maio de 2014, com câncer de pele. O Apelado avisou a seguradora/Apelante do sinistro, no entanto, esta se negou ao pagamento da cobertura sob o argumento de ausência de gravidade na moléstia que acomete pelo Requerente, o que implica o não preenchimento dos critérios para pagamento da indenização da cobertura para doenças crônicas graves.

(...)

A negativa da Apelante tem como fundamento o fato de que o diagnóstico do autor/Apelado era de bom prognóstico a curto prazo e que a doença não lhe impôs a perda total da capacidade de trabalho.

Em que pesem os argumentos vertidos pela Apelante, não merecem resguardo.

Diante do contexto fático dos autos, não há como não se concluir pela abusividade das cláusulas contratuais supracitadas, as quais atenuam injustificadamente, a responsabilidade da seguradora/Apelante e, ao mesmo tempo, impõe barreira ao recebimento da indenização pelo Autor.

O contrato em discussão é uma afronta as normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente, no que se refere o art. 47 e art. 51, IV e XV, § 1º, I, II e III e art. 54, do CDC que preconizam:

(...)

Ademais, importante ressaltar que a inserção de cláusulas limitativas ao direito do consumidor deve ser feito em destaque, para que este tenha conhecimento pleno da limitação imposta, que não se observa no caso em discussão.

(...)

Tais disposições contratuais não resultaram destacadas com letras grandes, e

sequer estão inseridas no contrato, mas somente, no anexo ao pacto (Anexo II), portanto, inegável sua nulidade.(e-STJ fls. 229/233)

Dessa forma, para se chegar à conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal a quo, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório e a interpretação de cláusula contratual, procedimentos inviáveis na instância especial, a teor das Súmulas nºs 5 e 7 desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. CONTRATO DE SEGURO. MORTE NATURAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA NA APÓLICE. INCIDÊNCIA DOS ÓBICES DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte Superior já firmou entendimento de que, nos contratos de adesão, as cláusulas limitativas ao direito do consumidor não são, por si sós, ilegais, devendo-se analisar, em cada caso, se foram escritas com clareza e destaque que permitam a exata ciência do seu conteúdo.

2. No caso dos autos, a Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório, principalmente o contrato firmado entre as partes, concluiu que a cláusula limitativa, que estabelece cobertura apenas de morte acidentária, afastando a morte natural, não foi redigida com destaque, de modo que não foram prestados ao segurado os necessários esclarecimentos atinentes às informações acerca do que seja seguro de vida de acidente pessoal ou por morte natural, fato gerador do evento de natureza externa ou interna, mormente porque se trata de contrato adesivo, celebrado com pessoa idosa, com mais de 70 anos de idade.

3. Dessa forma, nos termos da jurisprudência desta Corte, dissentir do entendimento cristalizado no âmbito da instância originária no sentido de que a cláusula, no caso concreto, possui caráter abusivo, revela-se inviável, haja vista o teor das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno ao qual se nega provimento.(AgRg no AREsp 309.669/BA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 07/03/2017) (g.n.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA. AUSÊNCIA DE COBERTURA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. CLÁUSULAS LIMITATIVAS DE DIREITO. REDAÇÃO EM DESTAQUE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7 DO STJ.

1. [...]

2. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal, com a perquirição específica da ausência de cobertura de invalidez no caso em epígrafe, nos moldes pretendidos em sede de apelo nobre, demandaria a interpretação do instrumento contratual, bem como a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Registre-se, ainda, que a liberdade de contratar não pode prejudicar o consumidor, além de o contrato de seguro revestir-se de natureza típica, com expressão previsão no Código Civil, consoante se observa entre os arts. 757 e 802.

4. Nota-se que a Corte de origem asseverou que não há sequer prova nos autos de que o segurado foi informado de eventual cobertura restritiva, limitada à incapacidade funcional, e não laborativa.

5. Não se pode olvidar que é assente por esta Corte Superior que eventuais cláusulas limitativas do direito do consumidor devem ser redigidas em destaque.

6. Uma vez aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

7. Agravo interno não provido.(AgInt no AREsp 1269519/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe

10/08/2018)

Quanto ao dissídio jurisprudencial, inviável se mostra o seu conhecimento, uma vez que o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça obsta a admissão do Recurso Especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 15% sobre o valor atualizado da condenação (e-STJ fls. 169), em benefício do patrono da parte recorrida, a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 17% sobre o valor atualizado da condenação é medida adequada ao caso.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator